

Pioneiro

AO
TEU
LADO

Ano 78 - nº 15.650

CAXIAS DO SUL, 24 DE ABRIL DE 2026



PÁGINA CERTIFICADA

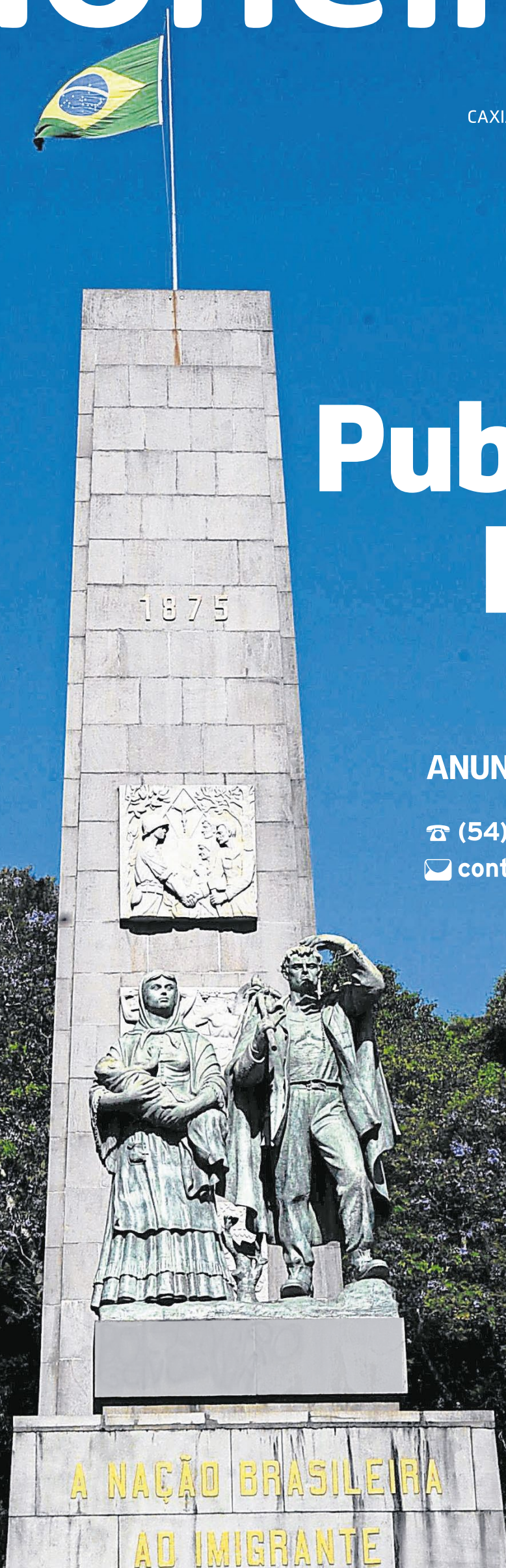
O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Publicidade Legal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ contato.comercial@gruporbs.com.br



A NAÇÃO BRASILEIRA
AO IMIGRANTE

Pisani Plásticos S.A. - CNPJ nº 87.833.737/0001-73

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.684	10.406	34.848	10.464
Contas a receber de clientes	6	78.197	115.106	80.734	117.101
Instrumentos derivativos	22	-	1.127	-	1.127
Estoques	7	26.761	28.752	28.938	31.731
Impostos a recuperar	9	11.029	7.777	11.921	9.077
Adiantamento a fornecedores	8	11.892	4.969	11.997	5.029
Despesas antecipadas	-	862	703	928	818
Ativos mantidos para venda	-	617	2.185	617	2.185
Partes relacionadas	21	301	78	247	158
Outros créditos	-	6.975	7.585	7.009	7.611
Total do ativo circulante		171.318	178.688	177.239	185.301
Ativo não circulante					
Instrumentos derivativos	22	-	131	-	131
Partes relacionadas	21	473	14.475	426	398
Depósitos judiciais	-	237	240	492	495
Impostos a recuperar	9	955	991	955	1.314
IR e CS diferidos	10	-	-	7.660	7.143
Investimento em controlada	11	8.511	-	-	-
Propriedades para investimentos	14	26.632	27.840	26.632	27.840
Ativos de direito de uso	12	1.728	2.059	1.728	2.059
Imobilizado	13	184.232	169.923	187.562	173.391
Intangível	-	356	222	600	596
Total do ativo não circulante		223.124	215.881	226.055	213.367
Total do ativo		394.442	394.569	403.294	398.668
Balancos patrimoniais					
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores e outras obrigações	18	19.722	21.744	19.982	22.084
Empréstimos e financiamentos	15	65.911	67.428	65.911	67.428
Instrumentos derivativos	22	517	14	517	14
Obrigações trabalhistas	19	9.516	10.186	9.834	10.498
Impostos a recolher	16	14.074	12.278	14.488	13.416
Comissões a pagar	-	2.065	2.487	2.121	2.544
Adiantamento de clientes	-	1.116	1.992	1.119	2.056
Dividendos a pagar	20	9.801	7.480	9.801	7.480
Passivo de arrendamento	-	574	496	574	496
Outras contas a pagar	-	1.296	1.338	1.563	1.452
Total do passivo circulante		124.592	125.443	125.910	127.468
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	133.014	101.984	133.014	101.984
Fornecedores e outras obrigações	18	1.390	3.062	1.911	3.349
Instrumento derivativos	22	221	-	221	-
Dividendos a pagar	20	13.929	-	13.929	-
Provisão para contingências	17	4.161	3.576	4.164	3.579
Impostos a recolher	16	3.186	7.052	3.470	7.568
IR e CS diferidos	10	28.226	24.937	28.492	25.307
Passivo de arrendamento	-	1.340	1.652	1.340	1.652
Partes relacionadas	21	-	-	342	898
Total do passivo não circulante		185.467	142.263	186.883	144.337
Patrimônio líquido					
Capital social	20	19.200	19.200	19.200	19.200
Ações em tesouraria	-	(4.200)	(4.200)	(4.200)	(4.200)
Reservas de capital	-	(30.461)	(39.913)	(30.461)	(39.913)
Reserva de lucros	-	49.840	100.445	49.840	100.445
Ajuste de avaliação patrimonial	-	50.004	51.331	50.004	51.331
Participação dos não controladores	-	84.383	126.863	84.383	126.863
Total do patrimônio líquido		84.383	126.863	90.501	126.863
Total do passivo e patrimônio líquido		394.442	394.569	403.294	398.668

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Pisani Plásticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos plásticos, prestação de serviços de injeção plástica a terceiros, fabricação, aluguel e venda de moldes, fabricação de peças para veículos automotivos e participações em outras sociedades comerciais ou civis. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada pela administração em 31 de março de 2026. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos). Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certos estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.1. Consolidação:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito de retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre as empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Durante o exercício de 2025, a Forma Utilidades Ltda., controlada da Companhia, realizou aumento de capital por meio da emissão de novas ações no montante de R\$ 15.800 (quinze milhões e oitocentos mil reais), equivalente a 41,95% do capital social da investida, subscritas por sócios minoritários. Em decorrência dessa operação, a participação societária da Pisani Plásticos S.A. foi reduzida em 41,81 pontos percentuais ao longo do exercício. Não obstante a diluição da participação, a Companhia manteve o controle societário da Forma, permanecendo com o poder de decisão sobre as atividades relevantes da investida. A variação no valor do investimento decorrente dessa transação, que não resultou em perda de controle, incluindo o ganho de capital decorrente da emissão das novas ações, foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido da Companhia e apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como ajuste no valor do investimento decorrente do aumento de capital da controlada. A operação visou reduzir o grau de dependência financeira da controlada em relação à controladora, bem como sustentar sua continuidade operacional, à luz da recorrência de prejuízos acumulados observada nos exercícios anteriores. A operação encontra-se integralmente formalizada por meio de alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, refletindo o novo quadro societário e o capital social da Metalúrgica Forma Ltda., que passou a totalizar R\$ 37.668, dividido em 37.668 quotas, todas integralizadas. A capitalização está alinhada às exigências previstas pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e CPC 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), no tocante à avaliação da recuperabilidade dos ativos registrados e à adequada mensuração da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada direta, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas (controladas)	Percentual de participações	
	31/12/2025	31/12/2024
Metalúrgica Forma Ltda.	58,187313%	99,999989%

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e divulgações que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** **a) Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivos ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de março de 2025, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionada pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. **b) CPC 51:** O CPC 51 irá definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. A Companhia está avaliando os impactos dessa alteração. As alterações da CPC 51 têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027 e se aplica a informações comparativas. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir: **• Nota Explicativa nº 10 - Redução de impostos diferidos ativos;** **• Nota Explicativa nº 14 - Valor justo de propriedades para investimentos;** **• Nota Explicativa nº 17 - Contingências e tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas;** **a) Realização de impostos diferidos ativos:** A cada encerramento de período social, a Companhia revisa o seu saldo de IR diferido ativo relativo a créditos fiscais de IR e bases negativas de CS sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade: A Administração da Pisani Plásticos S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Caxias do Sul, 31 de Março de 2026

A Diretoria.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital				
Em 1º de janeiro de 2024	19.200	(4.200)	(39.913)	27.292	3.839	55.893	113.703
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	17.554
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(3.040)	-	-	3.040
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(4.394)
Avaliação patrimonial	-	-	-	-	(261)	-	261
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	16.461	(16.461)
Em 31 de dezembro de 2024	19.200	(4.200)	(39.913)	24.252	3.839	72.354	126.863
Em 1º de janeiro de 2025	19.200	(4.200)	(39.913)	24.252	3.839	72.354	126.863
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	24.877
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	594	-	-	(594)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(6.071)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(56.809)	(13.929)
Avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.327)	-	1.327
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	5.610	(5.610)
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle							
Ganho aumento capital controlada com emissão de novas ações para não controladores	-	-	9.452	-	-	-	9.452
Em 31 de dezembro de 2025	19.200	(4.200)	(30.461)	24.846	3.839	21.155	50.004
							84.383
							6.118
							90.501

Demonstrações de resultado	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	23	334.318	349.433	341.904	356.010
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(245.682)	(266.194)	(251.892)	(271.587)
Lucro bruto		88.636	83.239	90.012	84.423
Receitas e (despesas) operacionais					
Com vendas	25	(14.216)	(13.400)	(14.728)	(13.904)
Administrativas e gerais	25	(21.432)	(20.705)	(23.868)	(23.384)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	1.950	1.339	2.139	1.975
Resultado de equivalência patrimonial	11	(994)	(949)	-	-
Lucro operacional		53.944	49.524	53.555	49.110
Receitas financeiras	26	22.690	19.228	23.171	19.557
Despesas financeiras	26	(42.367)	(42.138)	(43.270)	(42.587)
Lucro antes do IR e da CS		34.267	26.616	33.456	26.080
IR e CS correntes	10	(6.101)	(5.552)	(6.101)	(5.552)
IR e CS diferidos	10	(3.289)	(3.510)	(2.668)	(2.974)
Lucro líquido do exercício		24.877	17.554	24.687	17.554
Atribuído a					
Acionistas da companhia				24.877	17.554
Participação dos não controladores				(190)	-
				24.687	17.554
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - R\$	27			1.614	1.148

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	24.877	17.554	24.687	17.554
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	24.877	17.554	24.687	17.554
Atribuível a				
Acionistas da companhia			24.877	17.554
Participação dos não controladores			(190)	-
			24.687	17.554

Demonstrações de resultados tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 05 anos. b) Valor justo de propriedades para investimento: O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados). c) Contingências e tratamentos fiscais incertos: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda incluída a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. 4. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). d) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia não tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Mensuração: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por <i>impairment</i> são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de <i>impairment</i> aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O Ajuste a valor presente é aplicado no momento do registro inicial de ativos e passivos, na mudança da base de avaliação de ativos e passivos, ou em ambos os momentos. A Companhia utiliza para atualizar os valores de recebíveis no período do tempo. f) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.
--

★ continuação

insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar. **p) IR e CS:** O IR e a CS do período corrente e diferido não são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido. As despesas com IR e CS compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base de cálculo negativa e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **q) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. A Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. **r) Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as demonstrações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **s) Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. **t) Instrumentos financeiros:** A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de swap de juros. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de longo prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os ativos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A Companhia possui aplicações financeiras vinculadas ao contrato de empréstimo e enquadraram-se como nível 2. **s) Fornecedores e operações de risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O grupo oferece aos seus fornecedores a opção do recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. O ajuste a valor presente é aplicado no momento do registro inicial de ativos e passivos, na mudança da base de avaliação de ativos e passivos, ou em ambos os momentos.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	25.402	3.131	25.566	3.189
Aplicações financeiras de curto prazo	9.282	7.275	9.282	7.275
Total	34.684	10.406	34.848	10.464

Depósitos bancários de curto prazo: Os depósitos bancários de curto prazo são representados por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (2025 - 14,90% a.a. e 10,89% a.a. em 2024). Os depósitos bancários de curto prazo são imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes do mercado interno	79.162	115.483	82.332	117.969
Clientes do mercado externo	2.236	2.525	2.236	2.525
(-) Vendas com entrega futura	(1.080)	(12)	(1.080)	(12)
(-) Provisão para impairment	(691)	(269)	(1.324)	(760)
(-) Ajuste a valor presente	(1.430)	(2.621)	(1.430)	(2.621)
Total	78.197	115.106	80.734	117.101

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31/12/2023	388	1.126	388	1.126
Adições	512	531	512	531
Reversões	(631)	(897)	(631)	(897)
Saldos em 31/12/2024	269	760	269	760
Adições	458	600	458	600
Reversões	(36)	(36)	(36)	(36)
Saldos em 31/12/2025	691	1.324	691	1.324

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na Nota Explicativa no 22. As contas a receber de clientes estão apresentadas pelos seus valores justos. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. A Companhia entende que o montante reconhecido como provisão para impairment de contas a receber é o montante suficiente para cobrir as perdas. A posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos	3.531	2.207	3.606	2.290
Até 30 dias	3.531	2.207	3.606	2.290
31 a 60 dias	63	571	112	607
61 a 90 dias	69	195	106	195
91 a 180 dias	168	541	196	544
Mais de 181 dias	744	776	1.427	1.319
Total	4.575	4.290	5.447	4.955
A vencer	34.292	44.337	34.912	45.011
Até 30 dias	34.292	44.337	34.912	45.011
31 a 60 dias	17.715	25.015	18.455	25.472
61 a 90 dias	12.743	16.368	13.020	16.574
Mais de 91 dias	12.073	27.998	12.734	28.482
Total	76.823	113.718	79.121	115.539
(-) Vendas com entrega futura	(1.080)	(12)	(1.080)	(12)
(-) Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(691)	(269)	(1.324)	(760)
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber	(1.430)	(2.621)	(1.430)	(2.621)
Total líquido	78.197	115.106	80.734	117.101

7. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	3.941	4.613	4.887	5.920
Produtos em elaboração	6.910	6.821	7.577	7.798
Matérias-primas	14.435	15.417	14.999	16.112
Matérias para consumo	1.689	2.024	1.689	2.024
Estoques em trânsito	69	77	69	77
Provisão para perdas em estoques	(283)	(200)	(283)	(200)
Total	26.761	28.752	28.938	31.731

O valor apurado de provisão para perdas nos estoques é revisado anualmente pela Grupo. A movimentação das perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir: A Companhia avalia e mensura as perdas calculadas sobre os itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade e apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando uma perda diretamente no resultado do período.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31/12/2023	165	213	165	213
Adições	317	317	317	317
Reversões	(282)	(13)	(282)	(13)
Saldos em 31/12/2024	200	200	200	200
Adições	98	98	98	98
Reversões	(15)	(15)	(15)	(15)
Saldos em 31/12/2025	283	283	283	283

8. Adiantamentos a fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento fornecedores automotivo	33	928	33	928
Adiantamento fornecedores exterior	875	1.054	938	1.114
Adiantamento fornecedores ampliação fábrica/outros	8.439	781	8.481	781
Adiantamento fornecedores importação	2.545	2.206	2.545	2.206
Total	11.892	4.969	11.997	5.029

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pisani Plásticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
9. Impostos a recuperar:				
Circulante				
ICMS (i)	3.295	1.266	3.295	1.266
ICMS e IPI sobre remessas (ii)	178	438	178	438
IRPJ e CSLL (iii)	7.329	5.950	7.333	5.950
PIS, Cofins e IPI	75	101	75	101
PIS e Cofins - processo de exclusão do ICMS da base de cálculo (iv)	-	-	888	1.300
IRF a Recuperar	152	22	152	22
Total	11.029	7.777	11.921	9.077

Não circulante

ICMS (i)	946	961	946	961
PIS e Cofins sobre imobilizado	9	30	9	30
PIS e Cofins - processo de exclusão do ICMS da base de cálculo (iv)	-	-	-	-
Total	955	991	955	1.314

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte: **(i) ICMS:** refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação; **(ii) ICMS e IPI sobre remessas:** refere-se a créditos sobre remessas enviadas para conserto ou demonstração sujeitas à tributação na saída com prazo de retorno de até 60 dias; **(iii) IRPJ e CSLL:** refere-se a impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no período corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras; e **(iv) PIS e Cofins - processo de exclusão do ICMS da base de cálculo:** refere-se ao reconhecimento de créditos referente ao processo judicial ativo de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e Cofins da controladora, que o trânsito em julgado da referida ação em 24 de janeiro de 2022 e habilitação dos créditos no total de R\$ 4.426 em fevereiro de 2022, sendo R\$ 2.359 de valor principal e R\$ 2.067 de atualização pela Selic. Desde o trânsito em julgado da ação, tributos federais foram compensados com o respectivo crédito no total de R\$ 4.213. A Companhia reconheceu os créditos a recuperar no seu ativo de acordo com o plano de recuperação. **10. Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido:** **a) Impostos diferidos:** O IR e a CS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O IR e a CS diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias ativas	4.529	4.270	4.841	4.515
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	5.441	8.441	12.790	15.339
Total	9.970	12.711	17.631	19.854

Passivo não circulante

Diferenças temporárias passivas	(13.972)	(13.290)	(13.972)	(13.290)
Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	(24.224)	(24.358)	(24.491)	(24.728)
Total	(38.196)	(37.648)	(38.463)	(38.018)

Imposto diferido ativo (i)

Imposto diferido passivo	(28.226)	(24.937)	(28.492)	(25.307)
---------------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

(i) Foram utilizados critérios diferentes para apresentar os saldos da controladora e consolidados pois a controladora possui apenas valores de ativo diferido.

b) Movimento controladora durante o exercício:

	Saldo em 31/12/2024		Reconhecidos no resultado		Saldo em 31/12/2025	
Provisão para contingências	1.216	199	199	1.415	199	1.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92	143	143	235	92	235
Provisão para participação nos resultados	897	(95)	(95)	802	897	802
Comissões bloqueadas	601	97	97	504	601	504
Provisão de honorários	170	97	97	267	170	267
Ajuste a valor presente - clientes	891	(405)	(405)	486	891	486
Outras diferenças temporárias ativas	403	437	437	820	403	820
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	8.441	(3.000)	(3.000)	5.441	8.441	5.441
Valor justo das propriedades para investimento	(4.174)	(83)	(83)	(4.257)	(4.174)	(4.257)
Depreciação diferença taxa	(8.201)	(886)	(886)	(9.087)	(8.201)	(9.087)
Outras diferenças temporárias passivas	(915)	287	287	(628)	(915)	(628)
Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	(24.358)	134	134	(24.224)	(24.358)	(24.224)
Total	(24.937)	(3.289)	(3.289)	(28.226)	(24.937)	(25.307)

Controladora

	Saldo em 31/12/2023		Reconhecidos no resultado		Saldo em 31/12/2024	
Provisão para contingências	1.149	67	67	1.216	1.149	1.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	132	(40)	(40)	92	132	92
Provisão para participação nos resultados	894	3	3	897	894	897
Comissões bloqueadas	549	52	52	601	549	601
Provisão de honorários	284	(114)	(114)	170	284	170
Ajuste a valor presente - clientes	757	134	134	891	757	891
Outras diferenças temporárias ativas	100	303	303	403	100	403
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	11.124	(2.683)	(2.683)	8.441	11.124	8.441
Valor justo das propriedades para investimento	(3.820)	(354)	(354)	(4.174)	(3.820)	(4.174)
Depreciação diferença taxa	(7.219)	(982)	(982)	(8.201)	(7.219)	(8.201)
Outras diferenças temporárias passivas	(885)	(30)	(30)	(915)	(885)	(915)
Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	(24.492)	134	134	(24.358)	(24.492)	(24.358)
Total	(21.427)	(3.510)	(3.510)	(24.937)	(21.427)	(24.937)

c) Movimento consolidado durante o exercício:

	Saldo em 31/12/2024		Reconhecidos no resultado		Saldo em 31/12/2025	
Provisão para contingências	1.216	199	199	1.415	1.216	1.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	259	191	191	450	259	450
Provisão para participação nos resultados	897	(95)	(95)	802	897	802
Comissões bloqueadas	615	(98)	(98)	517	615	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pisaní Plásticos S.A.												
–* continuação												
c) Movimentação do custo e depreciação - controladora: A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia está apresentada a seguir:												
	Controladora											
	Taxa de depreciação	Valor residual líquido	Baixa de				Valor residual					
	% a.a.	em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	depreciação	Transferências	líquido em 31/12/2025				
Itens												
Terrenos		579	-	-	-	-	-	579				
Terrenos (custo atribuído)		49.768	-	-	-	-	-	49.768				
Prédios e benfeitorias	2%	10.041	-	-	(461)	-	550	10.130				
Prédios (custo atribuído)	2%	21.874	-	-	(395)	-	-	21.479				
Instalações	5%	1.674	-	-	(175)	-	1	1.500				
Máquinas e equipamentos	8%	73.975	4.937	(5.455)	(6.684)	4.536	10.288	81.597				
Móveis e utensílios	16%	475	93	(10)	(43)	5	1	521				
Veículos	12%	30	-	(123)	(2)	95	-	-				
Equipamentos de informática	17%	1.044	545	(32)	(319)	23	1	1.262				
Imobilizações em andamento (a)		10.463	19.058	(29)	-	-	(12.096)	17.396				
Total		169.923	24.633	(5.649)	(8.079)	4.659	(1.255)	184.232				
(a) Em dezembro de 2025, a Companhia mantém saldo de imobilizações em andamento, referente a compra de injetoras e moldes que não estão em pleno funcionamento, após a conclusão de toda parte estrutural de suas funcionalidades estes itens são imediatamente reclassificados para conta de máquinas e equipamentos:												
	Controladora											
	Taxa de depreciação	Valor residual líquido	Baixa de				Valor residual					
	% a.a.	em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	depreciação	Transferências	líquido em 31/12/2024				
Itens												
Terrenos		579	-	-	-	-	-	579				
Terrenos (custo atribuído)		49.768	-	-	-	-	-	49.768				
Prédios e benfeitorias	2%	9.352	-	-	(346)	-	1.035	10.041				
Prédios (custo atribuído)	2%	22.269	-	-	(394)	-	(1)	21.874				
Instalações	5%	1.833	18	(8)	(176)	8	(1)	1.674				
Máquinas e equipamentos	8%	63.803	2.293	(3.964)	(6.007)	3.635	14.215	73.975				
Móveis e utensílios	16%	322	123	(21)	(36)	18	69	475				
Veículos	12%	37	-	(123)	(7)	-	-	30				
Equipamentos de informática	17%	999	287	(46)	(240)	44	-	1.044				
Imobilizações em andamento		7.659	19.859	(189)	-	-	(16.866)	10.463				
Total		156.621	22.580	(4.228)	(7.207)	3.705	(1.548)	169.923				
d) Movimentação do custo e depreciação - consolidado: A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia está apresentada a seguir:												
	Consolidado											
	Taxa de depreciação	Valor residual líquido	Baixa de				Valor residual					
	% a.a.	em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	depreciação	Transferências	líquido em 31/12/2025				
Itens												
Terrenos		579	-	-	-	-	-	579				
Terrenos (custo atribuído)		49.768	-	-	-	-	-	49.768				
Prédios e benfeitorias	2%	11.974	-	-	(519)	-	550	12.005				
Prédios (custo atribuído)	2%	22.268	-	-	(394)	-	(1)	21.874				
Instalações	5%	1.831	18	(8)	(174)	8	-	1.674				
Máquinas e equipamentos	8%	65.371	2.524	(3.964)	(6.362)	3.635	14.214	75.418				
Móveis e utensílios	16%	326	123	(21)	(33)	18	68	481				
Veículos	12%	36	-	(123)	(6)	-	-	30				
Equipamentos de informática	17%	1.050	289	(46)	(248)	44	2	1.091				
Imobilizações em andamento		7.669	19.906	(189)	-	-	(16.884)	10.502				
Total		160.223	22.860	(4.228)	(7.621)	3.705	(1.548)	173.391				
As imobilizações em andamento referem-se a aquisições de injetoras. O saldo de R\$ 1.256 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.548 em 31 de dezembro de 2024) na coluna de transferências, refere-se ao crédito de PIS/Cofins sobre os ativos em andamento que a Companhia tem o direito de tomar quando o bem é concluído. Ou seja, quando o bem é transferido para o imobilizado concluído é líquido de PIS/Cofins, sendo o crédito registrado no grupo de impostos a recuperar. Garantias: Existem bens dados como garantia de empréstimos e financiamentos conforme composição a seguir (valor contábil):												
	Controladora e Consolidado											
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024							
Terrenos		50.347	50.347	50.347	50.347							
Prédios e instalações		31.609	33.589	31.609	33.051							
Total		81.956	83.936	81.956	83.398							
14. Propriedade para investimentos: A composição das propriedades para investimento está representada a seguir:												
	Controladora e Consolidado											
		31/12/2025	31/12/2024									
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - BR 116		4.692	4.692									
15. Empréstimos e financiamentos:												
	Controladora											
		31/12/2025	31/12/2024	Consolidado								
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Itens	Moeda/cargos											
Finame	Real/3,0% a 4,10% a.a.	9.905	2.033	11.820	2.970	9.905	2.033	11.820	2.970			
Adiantamento de câmbio	USD/2,78% a 9,35% a.a.	6.551	2.414	15.003	5.997	6.551	2.414	15.003	5.997			
Financiamento (FGI)	Real/CDI + 4,9% a 7,9% a.a.	-	-	8.490	12.436	-	-	8.490	12.436			
FINEP (b)	3,8% a.a. e variação pela taxa TR - Taxa Referencial	44	17.597	-	44	17.597	-	44	17.597			
Capital Giro	Real/CDI + 4,25% a.a.	21.834	12.051	8.534	12.933	21.834	12.051	8.534	12.933			
Emissão de notas comerciais (a)	Real/CDI + 1,85% a 5,0% a.a.	27.577	98.919	21.723	67.648	27.577	98.919	21.723	67.648			
Outros Financiamentos	Real/7,85% a.a.	-	-	1.858	-	-	-	1.858	-			
Total		65.911	133.014	67.428	101.984	65.911	133.014	67.428	101.984			
(a) Em fevereiro de 2023, a Companhia fez a emissão de créditos recebíveis do agronegócio (CRA), no montante total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), lastreado pelas vendas para os clientes do agronegócio, com carência de 18 meses e prazo total de 72 meses, com juros prefixados de 5,0% a.a. e variação pela taxa CDI. Esses recursos serão utilizados para liquidação e alongamento de empréstimos de curto prazo e com taxas maiores, investimento em máquinas e equipamentos e capital de giro. O contrato exige a retenção de duas parcelas em conta corrente de acesso exclusivo do emissor, esses valores são registrados como outros créditos no balanço da companhia. Em dezembro de 2025, a Companhia emitiu notas comerciais em três séries, no montante total de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), com carência de 12 meses e prazo total de 120 meses, com juros prefixados de 1,85% a.a. na série sênior, 2,35% a.a. na série mezanino e 2,5% a.a. na série subordinada adicionados à variação pela taxa CDI. Esses recursos serão utilizados para capital de giro da companhia. (b) Em abril de 2025, a Companhia contratou junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP um financiamento no montante total de R\$ 35.193 (trinta e cinco milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais), com apresentação de carta fiança contratada junto ao Banco Bradesco, com carência de 39 meses e prazo total de 119 meses, com juros prefixados de 3,8% a.a. e variação pela taxa TR - Taxa Referencial. Esses recursos serão utilizados para ampliação da fábrica de Caxias do Sul, e investimento em máquinas e equipamentos. O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:												
	Consolidado											
		31/12/2025	31/12/2024									
2027		-	41.519									
2026		-	33.640									
2028		-	46.442									
2029		-	42.203									
2030 - 2035		-	12.185									
Total		-	32.185									
		133.015	101.984									
As garantias oferecidas aos financiamentos são terrenos, prédios e instalações (Nota Explicativa nº 13).												
	Controladora											
	Taxa Efetiva	Garantias										
Itens												
BNDES Finame	SELIC + 3,0% a 4,1% a.a.	Equipamentos										
CCB (USD)	8,8%	Sem garantias										
CPR	CDI + 2,5% a 3,0% a.a.	Imóvel não operacional, cessão fiduciária e aval										
CRA	CDI + 5% a.a.	Imóvel operacional, cessão fiduciária e aval										
FINEP	TR + 3,8% a.a.	Carta fiança										
Notas Comerciais	CDI + 1,85% a 2,5% a.a.	Imóvel não operacional e aval										
Repasse Ext (USD)	6,14% a.a.	Aval e cessão fiduciária										
a) Movimentação dos empréstimos:												
	Controladora											
		31/12/2025	31/12/2024	Consolidado								
Saldo inicial		169.412	169.698	169.412	169.703							
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa												
Obtenção de empréstimos		113.553	37.465	113.553	37.465							
Pagamento de empréstimos		(80.037)	(40.712)	(80.037)	(40.717)							
Pagamento de juros		(25.694)	(23.992)	(25.694)	(23.992)							
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa												
Provisão de juros e variação cambial		21.691	26.953	21.691	26.953							
Saldo final		198.925	169.412	198.925	169.412							
b) Cláusulas contratuais restritivas: A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem para cobertura de pagamentos de principal e encargos com o objeto garantidor da dívida, na ordem de 2,25 vezes a dívida líquida ajustada e índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,0x em 31 de dezembro do ano corrente. Possui também cláusula restritiva com relação a distribuição de dividendos com percentual ágio do mínimo determinado na legislação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um waiver para o banco com relação a cláusula de dividendos e EBITDA, não havendo assim quebra de <i>covenants</i> com instituições financeiras.												
16. Impostos a recolher:												
	Controladora											
		31/12/2025	31/12/2024	Consolidado								
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Itens												
IRPJ e CSLL a recolher		6.119	4.695	6.119	4.696							
ICMS e ICMS-ST a recolher		1.311	1.484	1.365	1.517							
PIS e Cofins a recolher		1.190	798	1.243	830							
IPI a recolher		1.255	1.216	1.283	1.236							
PERT Fazendário		3.543	3.481	3.569	3.512							
Impostos retidos de Terceiros		51	41	52	43							
Parcelamento de tributos		605	563	857	1.582							
Total		14.074	12.278	14.488	13.416							
Não circulante												
PERT Fazendário		2.067	5.511	2.351	5.881							
Parcelamento de tributos		1.119	1.541	1.119	1.687							
Total		3.186	7.052	3.470	7.568							
19. Obrigações trabalhistas:												
	Controladora											
		31/12/2025	31/12/2024	Consolidado								
Salários a pagar		1.016	1.088	1.085	1.156							
Encargos a recolher sobre folha de pagamento		2.076	1.999	2.155	2.075							
Provisão de férias e encargos		3.941	4.140	4.103	4.298							
Provisão programa de participação nos resultados		2.359	2.638	2.359	2.638							
Outras obrigações trabalhistas a pagar		124	321	132	331							
Total		9.516	10.186	9.834	10.498							
20. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, conforme disposto no Artigo 5º do estatuto social, é de R\$ 19.200 composto por 15.291.815 ações, sendo 7.666.821 ações ordinárias, 6.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 1.625.000 ações preferenciais classe "B" resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada por Webber Participações Ltda. que possui participação de 74,99%. b) Ações em tesouraria: A Companhia possui em tesouraria 955.696 ações preferenciais de sua própria emissão. c) Reservas e transações de capital: Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle: Em 2025, os sócios minoritários realizaram um aporte de capital de R\$ 15.800 mil na Forma Utilidades Ltda. Como consequência, a participação da Pisaní na controlada foi diluída em 41,81 pontos percentuais, sem que houvesse redução na quantidade de quotas. Em decorrência dessa operação, foi reconhecido um ganho de capital de R\$ 9.452 mil, registrado diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com o CPC 36, que estabelece que alterações na participação em controladas que não resultem em perda de controle devem ser tratadas como transações de capital, sem reflexo no resultado do exercício. Reserva de incentivos fiscais: Saldo decorre de incentivo fiscal previsto no Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodep), com base na Lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 e Decretos nº 35.045 de 24 de maio de 2010 e nº 39.340 de 25 de abril de 2013, que visa incentivar a ampliação e a instalação de novas unidades no Estado. O benefício concedido corresponde ao crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 70% (setenta por cento) do saldo devedor do ICMS normal, apurado em cada período fiscal. No terceiro trimestre de 2024 foram realizadas as reservas devido a uma auto regularização (R\$ 3.070) dos benefícios das subvenções para investimentos. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Dividendo mínimo obrigatório: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, no exercício o montante apurado foi de R\$ 6.071 (seis milhões, setenta e um mil reais). Dividendos adicionais propostos: Em 2025 foram realizadas destinações de dividendos no montante de R\$ 76.809 (setenta e seis milhões oitocentos e nove mil reais) dos quais a companhia efetivamente pagou R\$ 56.809 (cinquenta e seis milhões oitocentos e nove mil reais) durante o ano. O prazo de pagamento do dividendo adicional de R\$ 13.929 (treze milhões, novecentos e vinte e nove mil reais) é dezembro de 2028. Ajuste de Avaliação Patrimonial: (i) Custo Atribuído: Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como IR e CS diferidos. A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem. 21. Partes relacionadas: Honorários da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção e o Conselho de Administração da Companhia que inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, foi de R\$ 2.437 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.902 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamentos baseados em ações. Transações e saldos a receber e a pagar a partes relacionadas:												
	Controladora											
		31/12/2025	31/12/2024									

★ continuação

Os valores justos dos instrumentos financeiros "não derivativos", apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Consolidado		31/12/2024	
	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	34.684	34.684	10.406	10.406
Contas a receber de clientes	78.197	78.197	115.106	115.106
Total	112.881	112.881	125.512	125.512

	Consolidado		31/12/2024	
	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	198.925	198.925	169.411	169.411
Fornecedores e outras obrigações	21.894	21.894	21.744	21.744
Adiantamento de clientes	1.119	1.119	-	-
Passivo de arrendamento	1.914	1.914	2.148	2.148
Instrumentos financeiros derivativos	738	738	-	-
Total	224.590	224.590	193.303	193.303

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela administração da Companhia: **Caixa e equivalentes de caixa:** Os depósitos bancários de curto prazo possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis. **Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e, de acordo com a avaliação da administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado		31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	34.684	-	10.406	-	34.848	-
Contas a receber de clientes	6	-	78.197	-	115.106	-	80.734	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	-	-	-	-
Total	112.881	1.258	125.512	1.258	115.582	1.258	127.564	1.258
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	15	-	198.925	-	169.411	-	198.925	-
Fornecedores e outras obrigações	18	-	21.112	-	24.806	-	21.894	-
Adiantamento de clientes	-	-	1.116	-	1.992	-	1.119	-
Passivo de arrendamento	-	-	1.914	-	2.148	-	1.914	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	738	-	-	-	738	-	-
Total	738	223.067	198.357	738	223.852	738	199.048	738

d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exi-

Paulo Francisco Webber
CEO - CPF 235.921.500-06

Bruno Bartocci Pantaleão
CFO - CPF 071.844.216-47

Jandrey Gustavo Plissari
Diretor Comercial - CPF 214.962.878-35

Aos Administradores e Acionistas da **Pisani Plásticos S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pisani Plásticos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita de vendas de produtos e moldes (Notas 4(n) e 23):** As receitas da Companhia e da sua controlada são provenientes da venda de produtos e moldes. O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da nota fiscal, sendo assim, há um intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais de venda e o momento do cumprimento das obrigações de performance, quando o controle sobre os produtos é transferido aos clientes. Por esse motivo, mensalmente a administração da Companhia monitora o status das entregas das vendas, de modo a identificar as vendas faturadas e não entregues e efetuar o correto ajuste contábil. A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e o risco de reconhecimento em momento incorreto. Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto foi classificado como um principal assunto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pisani Plásticos S.A.

gências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Código de ética e conduta; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do passivo	290.057	267.706	272.914	296.397
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(34.684)	(10.406)	(20.767)	(10.464)
Dívida líquida (A)	255.373	257.300	252.147	285.933
Total do patrimônio líquido (B)	104.385	126.863	119.012	126.863

Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (A/B) 2,446% 2,028% 2,119% 2,254%

f) Risco cambial: Exposição a moeda estrangeira: A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira, dólar norte-americano, foi a seguinte (base em valores nominais):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (A/B)	2,446%	2,028%	2,119%	2,254%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda bruta de produtos e moldes	470.467	497.009	479.974	505.601
Prestação de serviços	504	639	506	639
Revenda de mercadorias	62	42	702	354
(-) Impostos sobre vendas	(118.619)	(123.347)	(120.934)	(125.394)
(-) Devoluções e abatimentos	(5.590)	(9.147)	(5.838)	(9.427)
(-) Ajuste a valor presente sobre receitas	(12.134)	(15.599)	(12.134)	(15.599)
(-) Venda faturada e não entregue	(372)	(164)	(372)	(164)
Receita líquida	334.318	349.433	341.904	356.010

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Subvenção governamental (custeio)	3.497	2.303	3.497	2.303
Ganho/perda ajuste valor justo (Nota Explicativa nº 14)	597	1.041	597	1.041
Provisões de despesas	(1.006)	27	(1.148)	308
Custos na baixa de bens	(960)	(521)	(960)	(521)
Indenizações de processos trabalhistas	(208)	(692)	(208)	(748)
Perdas no recebimento de créditos	(258)	(417)	(258)	(422)
Impostos e taxas	(132)	(723)	(190)	(786)
Outros	420	321	809	800
Total	1.950	1.339	2.139	1.975

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima/produtos adquiridos	(165.953)	(186.873)	(167.794)	(188.420)
Despesas com pessoal	(58.756)	(59.512)	(61.208)	(61.839)
Energia elétrica	(9.467)	(11.278)	(9.538)	(11.384)
Manutenção de máquinas e prédios	(5.770)	(6.667)	(5.879)	(6.758)
Depreciação e amortização	(8.615)	(7.740)	(9.199)	(8.287)
Serviços de terceiros	(11.635)	(11.625)	(12.531)	(12.616)
Fretes	(6.328)	(5.539)	(6.643)	(5.842)
Comissões sobre vendas	(7.888)	(7.861)	(8.084)	(8.061)

25. Despesas e custos por natureza:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Como resposta a esse assunto executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: (i) Realizamos o entendimento e a avaliação do processo de faturamento para o reconhecimento de receitas com vendas de produtos e moldes e do registro das respectivas contas a receber. (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no período correto de competência. (iii) Comparamos, em base amostral de testes, lançamentos contábeis de receitas com vendas com notas fiscais emitidas, pedidos de vendas e comprovantes de entrega das mercadorias, bem como verificamos a liquidação financeira da transação. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro das transações e as respectivas divulgações em notas explicativas estão consistentes com dados e informações obtidos durante nossa auditoria. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo não apropriado ociosidade	(979)	(303)	(979)	(303)
Despesas com pós-vendas	(929)	(429)	(929)	(429)
Despesas com movimentação de materiais e combustíveis	(1.368)	(1.399)	(1.449)	(1.455)
(-) Ajuste a valor presente de compras	5.533	6.074	5.533	6.074
Outras receitas (despesas)	(9.175)	(7.147)	(11.788)	(9.555)
Total	(281.330)	(300.299)	(290.488)	(308.875)
Despesas com vendas	(14.216)	(15.400)	(14.728)	(13.904)
Despesas administrativas e gerais	(21.432)	(20.705)	(23.868)	(23.384)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços	(245.682)	(266.194)	(251.892)	(271.587)
Total	(281.330)	(300.299)	(290.488)	(308.875)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
26. Resultado Financeiro:				
Receitas financeiras				
Descontos obtidos e juros recebidos	42	93	53	105
Varição cambial ativa	6.159	3.360	6.159	3.360
Receitas com aplicações financeiras	2.129	790	2.129	790
Operações Swap	393	(678)	393	(678)
Outras receitas financeiras	641	461	1.111	778
Ajuste a valor presente sobre vendas	13.326	15.202	13.326	15.202
Receitas financeiras	22.690	19.228	23.171	19.557

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(24.592)	(20.931)	(24.592)	(20.931)
Varição cambial passiva	(3.502)	(9.041)	(3.502)	(9.041)
Deságio sobre duplicatas	-	(2.395)	-	(2.395)
Juros e multa sobre parcelamento de tributos	(2.827)	(2.330)	(2.902)	(2.448)
Despesa financeira sobre arrendamento	(282)	(227)	(282)	(227)
Perdas com derivativos de hedge	(3.463)	(143)	(3.463)	(143)
Outras despesas financeiras	(2.329)	(1.717)	(3.157)	(2.050)
Ajuste a valor presente sobre compras	(5.372)	(5.352)	(5.372)	(5.352)
Despesas financeiras	(42.367)	(42.136)	(43.270)	(42.587)

27. Lucro por ação: Básico e diluído: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas	24.877	17.554
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	15.292	15.292
Quantidade média de ações (em milhares)	15.292	15.292
Lucro por ação	1,627	1,148

Total Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. **28. Cobertura de seguros (Não auditado):** Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 55.365 para danos materiais e R\$ 5.000 para responsabilidade civil. **29. Eventos Subsequentes:** Em decorrência da intensificação do conflito no Oriente Médio, com impactos relevantes sobre a cadeia global de petroquímicos, a Companhia observou, após a data-base das demonstrações financeiras, alterações nas condições de suprimento de matérias-primas, especialmente resinas plásticas. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram identificados: (i) aumentos relevantes nos preços de aquisição de determinados insumos, tanto no mercado internacional quanto no mercado doméstico; e (ii) redução na disponibilidade de alguns tipos de resinas, em função de restrições logísticas, redirecionamento de oferta global e incertezas regulatórias relacionadas a práticas de comércio internacional. A Administração está monitorando continuamente os desdobramentos do cenário e adotando medidas operacionais e comerciais para mitigar eventuais impactos, incluindo a diversificação de fornecedores, ajustes de mix de produtos e repasse de preços quando aplicável. Ao momento, não é possível estimar com razoável segurança os impactos financeiros futuros decorrentes desse cenário.

Contadora
Taís Cristina Gomes Oliveira Sachet
CPF: 010.908.470-50 - CRC 100188/0

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc Porto Alegre, 31 de março de 2026
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. **Marcelo de Souza Prado Nicolau**
CRC 2SP000160/F-6 Contador - CRC 1SP255758/O-9



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal